



Número: **0056438-48.2019.8.17.2001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **Seção A da 33ª Vara Cível da Capital**

Última distribuição : **13/09/2019**

Valor da causa: **R\$ 12.656,25**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
MARIA IVANIZE DA SILVA (AUTOR)		ANDRE LUIZ RODRIGUES BARROS (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSÓCIOS DE SEGURO DPVAT (RÉU)			
HENRIQUE AUGUSTO LEITE MARQUES (PERITO)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
50789 687	13/09/2019 13:27	Petição Inicial	Petição Inicial
50789 688	13/09/2019 13:27	PET. INICIAL - MARIA	Petição em PDF
50789 689	13/09/2019 13:27	Doc. 01- RG e CPF	Documento de Identificação
50789 690	13/09/2019 13:27	Doc. 02- Declaração de Residência(1)	Documento de Comprovação
50789 694	13/09/2019 13:27	DOC. 02.1 COMPROVANTE DE RESIDENCIA	Documento de Comprovação
50789 695	13/09/2019 13:27	Doc. 03 - Procuração	Procuração
50789 696	13/09/2019 13:27	Doc. 04 - Declaração de Hipossuficiência	Outros (Documento)
50789 697	13/09/2019 13:27	Doc. 05 - Boletim de Ocorrência + Certidão do Corpo de Bombeiros + Ficha de Atendimento Hospitalar_c	Documento de Comprovação
50789 699	13/09/2019 13:27	Doc. 06 - Relatório Médico Hospitalar + Laudo Médico_compressed	Documento de Comprovação
50789 700	13/09/2019 13:27	Doc. 07 - Extrato do pagamento administrativo	Documento de Comprovação
51143 117	20/09/2019 12:55	Despacho	Despacho

COMUNICADO DE PETIÇÃO EM PDF

Com base no artigo 19 e seguintes, da instrução Normativa nº. 03, e de 01º de fevereiro de 2018, publicado no Diário de justiça Eletrônica em 02 de fevereiro de 2018 (Edição nº24/2018, p.11/19), informamos que a petição será anexada em formato PDF, para uma melhor visualização de leitura.



EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ DE DIREITO DA __VARA CÍVEL DA COMARCA DE RECIFE – PE.

MARIA IVANISE DA SILVA, brasileira, casada, copeira, portadora do RG 5455811 SDS/PE, inscrita no CPF sob o nº 058.797.624-16 (**Doc. 01- RG e CPF**), residente na Rua Engenho Capelinha, nº 48, Imbiribeira, Recife- PE. CEP: 51150-070. (**Doc. 02- Comprovante + Declaração de Residência**), endereço eletrônico: barrosepragana@gmail.com, vem por seu advogado, procuração em anexo (**Doc. 03 - Procuração**), com qualificações e endereço profissional para os fins dos Arts. 77, V e 105, §2º do CPC, respeitosamente à presença de Vossa Excelência, com fulcro no Art. 5º, V, X e XXXV da CRFB/88, DL nº 73/96, regulamentado pelo Decreto nº 61.867/67, art. 3º, “b” e art. 5º, ambos da Lei nº 6.194/74 modificado pela Lei 11.482/07 c/c os Arts. 98, 319 e seguintes do CPC, propor a presente

AÇÃO DE COBRANÇA PARCIAL DE INDENIZAÇÃO DO SEGURO OBRIGATÓRIO – DPVAT

em face da **SEGURADORA LÍDER CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT**, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ de nº 09.248.608/0001-04, situada à Rua Senador Dantas, nº 74, 5º andar, Centro, Rio de Janeiro, CEP: 20.031-201, RJ, endereço eletrônico: faleconosco@seguradoralider.com.br, diante dos fatos e fundamentos a seguir expostos.

1- PRELIMINARMENTE

1.1- DO BENEFÍCIO DA GRATUIDADE DE JUSTIÇA

Inicialmente a parte Autora afirma ser hipossuficiente na forma da lei, não tendo condições de arcar com as despesas processuais, sem prejuízo próprio e de sua família, em conformidade com a Lei nº 1.060/50, requer lhe seja concedido o benefício. (**Doc. 04 – Declaração de Hipossuficiência**)

1.2- DA OBEDIENCIA AO PRAZO PRESCRICIONAL

Registra ainda, que a presente demanda é tempestiva, uma vez que não houve o decurso do prazo de 3 (três) anos, contados do evento danoso ocorrido em 23 de julho de 2017. Nos termos da Súmula 405 do STJ.

2- DOS FATOS

A Autora foi vítima de atropelamento em acidente de transito ocorrido em 11/04/2017, fato este registrado pela autoridade policial competente à circunscrição do



acidente, bem como pelo Corpo de Bombeiros Militar de Pernambuco. (**Doc. 05 - Boletim de Ocorrência + Certidão do Corpo de Bombeiros + Ficha de Atendimento Hospitalar**)

Em consequência do acidente, a Autora sofreu fratura do ramo isquiopúbico esquerdo, ratificada pelo Laudo médico em anexo. (**Doc. 06 - Relatório Médico Hospitalar + Laudo Médico**)

A Autora requereu pela via administrativa da Ré o recebimento do quantum indenizatório decorrente do Seguro Obrigatório DPVAT, onde fora instruído com o rol de documentos exigidos no diploma legal vigente. (documentação em poder da Seguradora Ré)

Ato contínuo, a Demandada submeteu a Autora à perícia médica realizada por equipe contratada por esta, onde o perito médico, após exame pessoal e acesso ao rol de documentos médicos, constatou a sua INVALIDEZ PERMANENTE, ensejando a parcial procedência do pleito administrativo para o pagamento da indenização.

Contudo, o valor liberado administrativamente foi de R\$ 843,75 (oitocentos e quarenta e três reais e setenta e cinco centavos), valor este que é sugerido pelo perito médico da Seguradora ora demandada. (**Doc. 07 – Extrato do pagamento administrativo**)

Ocorre que, a Seguradora ré mesmo de posse de farta documentação médica, entendeu por indenizar a Autora em valor inferior ao contido na tabela de Danos Pessoais inserida na Lei 11.495/09, violando disposição legal que estabelece o quantum indenizatório.

Diante do exposto, é que a Autora se vale da presente via, objetivando o pagamento da complementação do valor da indenização por INVALIDEZ PERMANENTE.

3- DO DIREITO

Conforme dispõe o artigo 5º da Lei nº 6.194/74, alterada pela Lei nº 11.495/09. Vejamos:

Art. 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.

§ 1º A indenização referida neste artigo será paga com base no valor vigente na época da ocorrência do sinistro, em cheque nominal aos beneficiários, descontável no dia e na praça da



sucursal que fizer a liquidação, no prazo de 30 (trinta dias da entrega dos seguintes documentos: (Redação dada pela Lei 11.482, de 2007).

Contudo, conforme supracitado a requerida através da SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, efetuou o pagamento da indenização reclamada no valor de R\$ 843,75 (oitocentos e quarenta e três reais e setenta e cinco centavos),.

A seguradora Ré, mesmo de posse de farta documentação médica, em flagrante desobediência legal ESTABELECE O QUANTUM INDENIZATÓRIO em valores inferiores ao contido na Tabela de Danos Pessoais inserida na Lei nº 11.945/09, se absteve de realizar o pagamento indenizatório devido.

Logo, **resta de clareza solar que a Ré ignorou, por completo, o estado físico da parte Autora, a qual, após o acidente apresentou INDISCUTÍVEL PERDA E INCAPACIDADE FUNCIONAL.**

A perda ou diminuição de qualquer segmento do corpo humano, determina a redução ou perda da funcionalidade da parte afetada. O corpo humano é um todo disciplinado e, a ausência de um órgão ou perda de uma função acarreta uma demanda de maior esforço na realização de qualquer função FÍSICA OU MENTAL.

Realmente, a quantificação das lesões físicas e psíquicas permanentes, as quais foram devidamente reconhecidas pelo exame ora apresentado, permitem a elevação do valor da indenização paga em desacordo com a Lei.

A requerida, aproveitando a falta de esclarecimento do beneficiário, pessoa humilde e sem condição financeira, lesionou seu direito, se proporcionando enriquecimento ilícito além, de inestimáveis prejuízos ao requerente. Não se discute o LAUDO do PERITO MÉDICO DA REQUERIDA, é pacífica sua aceitação, quanto a INVALIDEZ PERMANENTE.

O que sobeja na discussão, é a inescrupulosa avaliação do quantum a ser indenizado.

Tendo em vista as previsões legais da Lei nº 6.194/74, alterada pela Lei nº 11482/2007 (art. 8º), que criou o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causadores por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT), O Autor faz jus à indenização financeira pelas sequelas decorrentes do acidente de trânsito, ou seja, da invalidez permanente, conforme atesta os documentos médicos em apenso, no valor estabelecido conforme o art. 3º, inciso II e III, in verbis:

Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:



I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte;

II - Até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente;

III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.

3.1 - DO CÁLCULO DA DIFERENÇA DEVIDA

A legislação vigente tem inserida em seu contexto a Tabela de Danos Pessoais que estabelece o percentual a ser aplicado sobre o teto indenizável observada a lesão permanente resultante do acidente de trânsito.

A parte autora sofreu fratura do ramo isquiopúbico esquerdo, conforme documentos anexados, que resultou na sua invalidez permanente.

O pagamento administrativo que deveria ser realizado pela seguradora é no monte de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

3.1.1 - CÁLCULO COM O VALOR DE INDENIZAÇÃO VIGENTE:

CÁLCULO COM O VALOR DE INDENIZAÇÃO VIGENTE:

$R\$ 13.500,00 \times 100\% = R\$ 13.500,00 - R\$ 843,75 = R\$ 12.656,25$ (doze mil seiscentos e cinquenta e seis reais e vinte e cinco centavos).

Conforme descrito, a parte Autora sofreu lesões permanentes, o que se pleiteia é o valor devido por medida de justiça, e deverão ser acrescidas as incidências legais pela aplicação do IGPM.

4 – DOS PEDIDOS

Diante de todo o exposto, é a presente para requerer a V. Exa.:

- a) A concessão de benefícios da Justiça Gratuita, com base na Lei 13.105/15, em seu artigo 98 e seguintes., no que se refere ao modo de pedir e a prova da condição de necessidade, por tratar o requerente de pessoa sem condições de arcar com as custas processuais e honorários advocatícios, pois se encontra com sérias dificuldades financeiras em razão dos fatos narrados na presente peça. Em consequência, requer a nomeação deste subscritor como assistente Judiciário;
- b) A citação da ré, na pessoa de seu representante legal, para querendo, comparecer a audiência prevista no art. 246, I, do Novo Código de Processo Civil, a ser designada por V. Exa., sob pena de não o fazendo, serem



reputados como verdadeiros os fatos narrados pela parte autora, face à sua revelia;

- c) A designação de audiência previa de conciliação, nos termos do art. 319, VII do NCPC;
- d) A inversão do ÔNUS DA PROVA, em face da inquestionável hipossuficiência da parte autora, e pelo fato da retenção dos documentos apresentados à requerida, quando do pleito administrativo requerido pela parte autora.
- e) **A condenação da ré, no pagamento da Indenização por INVALIDEZ PERMANENTE, no valor correspondente a R\$ 12.656,25 (doze mil seiscentos e cinquenta e seis reais e vinte e cinco centavos), acrescido de correção monetária e juros legais.**
- f) A condenação da ré, nas custas judiciais e honorários advocatícios sucumbenciais, no percentual de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da condenação.
- g) Requer que todas as intimações sejam feitas em nome do Bel. André Luiz Rodrigues Barros, OAB/PE 50.585, sob pena de nulidade.

Dá-se à causa o valor de R\$ 12.656,25 (doze mil seiscentos e cinquenta e seis reais e vinte e cinco centavos).

Nestes termos,
Pede deferimento.

Recife, 11 de Setembro de 2019.

ANDRÉ BARROS
OAB/PE Nº 50.585-D

GRAÇA PRAGANA
OAB/PE Nº 13.326-E

